

# Obras no porto da Figueira da Foz avançam seis anos depois de anunciadas

written by O Cidadão | 25 de Janeiro, 2025



A obra de melhoria das acessibilidades marítimas e infraestruturas do porto da Figueira da Foz foi hoje consignada, por cerca de 21 milhões de euros (ME), seis anos e quatro governos depois de ter sido anunciada.

Na cerimónia de assinatura do auto de consignação, formalizada entre a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF) e a empresa Mota-Engil, o ministro das Infraestruturas e da Habitação, Miguel Pinto Luz, considerou que o investimento **“tem um impacto multiplicador absolutamente incomensurável”**.

A exemplo do presidente da Câmara da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes, que momentos antes sublinhou que, atualmente, em Portugal só se discute um furto de malas e despedimentos partidários, Miguel Pinto Luz frisou que o autarca **“tocou com**

***o dedo na ferida”.***



Foto: Paulo Cunha/Lusa – direitos reservados

***“O país está entretido a discutir outros temas e este tema [dos portos] não é um tema central. As senhoras e os senhores jornalistas queriam-me questionar lá em baixo, da TAP e da ANA, e bem, fazem parte das minhas responsabilidades, estive a semana toda a responder a esses temas, terei todo o gosto, mas também nos cabe a nós termos esta higiene, este esforço de focarmos a atenção dos portugueses, também, nos problemas que, de facto, importam”,*** argumentou o ministro.

***“Os cidadãos da Figueira, desta região, sabem todos há quanto tempo este investimento era esperado. Quando vemos o que se discute nos principais espaços noticiosos do país, entre malas de aeroportos e despedimentos partidários, pensamos, naturalmente, na pouca atenção que se dedica a temas como estes”,*** frisou Santana Lopes.

Já Eduardo Feio, presidente da APFF, fez a apresentação da obra – que vai permitir receber navios com 140 metros de comprimento, em vez dos atuais 120 metros e de calado superior, e está estimada em 20,88 ME, montante que poderá chegar aos 21,9 milhões pela revisão de preços – observando que o estudo de impacte ambiental demorou cinco anos e só ficou concluído em setembro de 2023.

**Anunciada em abril de 2019** pela ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, para estar concluída em 2021, a obra, então orçada em cerca de 17 ME, começou por ser adiada por não cumprir os

critérios necessários ao financiamento europeu, designadamente a falta de avaliação ambiental, tendo a candidatura a fundos europeus, entregue a três dias da conclusão do prazo, sido recusada.

No entanto, segundo o cronograma hoje apresentado, **os estudos técnicos e financeiros remontam a 2016**, fazendo com que entre o início do processo e a data apontada para o final da intervenção (maio de 2026) passem mais de 10 anos.

Pelo meio, em setembro de 2019, ainda antes da recusa, foi assinado um protocolo entre a APFF, operadores portuários e as empresas principais clientes da infraestrutura, que previa a participação dos privados no financiamento dos trabalhos, o que se mantém, embora por montantes superiores ao acordado.

Segundo os dados hoje revelados, **o financiamento europeu mantém-se em cerca de 9,1 ME, a APFF investe 8,4 ME e os quatro parceiros privados (onde se integram as papeleiras Navigator e Celbi e operadores portuários), cerca de 4,4 ME, sensivelmente 20% do total do investimento.**

A intervenção visa, entre outros trabalhos, aprofundar o canal de navegação em 2,5 metros na entrada da barra (dos 08 para os 10,5 metros) e em 1,5 metros no interior do rio Mondego, entre margens, para além de alargar o cais de acostagem do porto comercial e demolir os dois molhes da antiga doca dos bacalhoeiros e depositar mais de 700.000 metros cúbicos de sedimentos dragados nas praias a sul.

Em julho de 2020, a obra seria adiada, tendo o ministério das Infraestruturas e Habitação, então tutelado por Pedro Nuno Santos, justificado pela necessidade de serem realocadas verbas de projetos que ainda não estavam em curso para fazer face à pandemia de covid-19, garantindo a existência de financiamento necessário em 2021.

Por fim, em finais de 2020, a autoridade ambiental mostrou-se favorável à intervenção, embora condicionada à realização de diversos estudos e revisão do projeto, concretamente relacionados com património arqueológico subaquático identificado ou questões relacionadas com cuidados a ter na intervenção junto aos pilares da ponte Edgar Cardoso, que se

prolongaram até 2023, tendo o concurso sido lançado, finalmente, em janeiro do ano passado.

*OC/LUSA/MP*

*Foto | Paulo Cunha/Lusa – direitos reservados*